

Continuação  
**NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER NO PASSIVO CIRCULANTE**

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações Fiscais Federais	911	3.425	911	4.203
Obrigações Fiscais Estaduais	-	11.031	1.915	12.768
Obrigações Fiscais Municipais	-	423	447	426
<b>TOTAL</b>	<b>911</b>	<b>14.879</b>	<b>3.273</b>	<b>17.397</b>
Descrição	Parcelamentos Tributários			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Acordo Transação Tributária PGFN	544	527	544	583
Parcelamentos Tributários Estaduais	530	-	530	-
Parcelamentos Tributários Municipais	444	-	444	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.518</b>	<b>527</b>	<b>1.518</b>	<b>583</b>

A administração da Companhia buscou durante o exercício social de 2025 o equacionamento da maior parte dos passivos tributários federais, estaduais e municipais. Os Parcelamentos Tributários estão apresentados mais detalhadamente na Nota Explicativa 14. **NOTA 12 – OUTRAS CONTAS A PAGAR: a. Adiantamento de Clientes:** Os montantes de R\$ 403 em 31/12/2025 e R\$ 1.150 em 31/12/2024 são referentes a contratos comerciais da linha Tde implementos rodoviários recebidos, parcialmente, de forma antecipada na Controladora. **b. Outras Contas a Pagar (2025):** Para a repactuação do acordo tributário, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços advocatícios, cujo objeto era a prestação de serviços advocatícios consistentes na representação e condução de negociações tributárias junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Procuradorias-Gerais dos Municípios (PGM), visando à obtenção de benefícios, deságios, reduções de encargos e regularização de passivos tributários. A remuneração pactuada estava integralmente vinculada ao êxito conforme condições a seguir. Considerou-se êxito, para os fins do contrato, a obtenção de redução (deságio) sobre o valor consolidado dos débitos tributários originalmente exigidos pelos órgãos mencionados na Cláusula Primeira. O valor dos honorários corresponderá ao montante total dos deságios efetivamente obtidos perante os órgãos de cobrança tributária (PGFN, PGE e PGM), apurados mediante comprovação documental da consolidação final dos débitos renegotiados. O pagamento da remuneração foi realizado parcialmente mediante entrega de ações preferenciais (sem direito a voto, com código de negociação na B3 S/A de RCLSL4), cuja respectiva quantidade e transferências ficará a critério exclusivo da Companhia. O valor do saldo a pagar destes honorários em 31/12/25 era de R\$ 10.691. **NOTA 13 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante):** Os saldos do Plano de Recuperação Judicial de 2006 (processo n.º 035/1.06.0000410-0), são os seguintes:

CONTROLADORA					
Descrição	2025		2024		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Quirografários	-	252	-	290	290
Credores Extra concursais	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>252</b>	<b>-</b>	<b>290</b>	<b>290</b>
CONSOLIDADO					
Descrição	2025		2024		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Quirografários	-	257	-	295	295
Credores Extra concursais	-	-	-	2.200	2.200
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>257</b>	<b>-</b>	<b>2.495</b>	<b>2.495</b>

**NOTA 14 - PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS A LONGO PRAZO**

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Acordo Transação Tributária PGFN (a) (b)	18.293	34.397	18.181	34.489
Parcelamentos Tributários Estaduais (c)	-	993	-	993
Parcelamentos Tributários Municipais (d)	5.427	-	5.427	-
Outros Parcelamentos Tributários	74	209	192	209
<b>TOTAL</b>	<b>24.197</b>	<b>35.599</b>	<b>24.202</b>	<b>35.691</b>

(a) Em 02/03/2023, a Companhia e suas controladas assinaram Acordo de Transação Tributária, através do pagamento da primeira parcela, com a PGFN – Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 6.757/2022 englobando a totalidade de seus débitos tributários federais. O prazo de pagamento destes débitos tributários será de até 120 meses, acrescido da variação da SELIC. Os pagamentos serão feitos de forma escalonada com objetivo de adequar o saldo do passivo tributário federal a real capacidade de pagamento da Companhia. (b) Repactuação do Acordo de Transação Tributária: Em 25 de agosto de 2025, a Companhia repactuou o Acordo de Transação Tributária originalmente firmado em 02 de março de 2023 com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A repactuação resultou em redução do Acordo de Transação Tributária passando para R\$ 18.542 (R\$ 34.924 em 2024), conforme contraproposta formalizada pela PGFN. Os débitos previdenciários, após a repactuação, totalizam R\$ 6.996 e serão quitados em 33 parcelas mensais consecutivas, sem período de carência, com valores escalonados

e parcela final de R\$ 5.597. Quanto aos demais débitos, o montante consolidado é de R\$ 11.546, também parcelado sem carência, em 93 parcelas mensais, encerrando com parcela final de R\$ 2.517. Em 27 de agosto de 2025, a Companhia aceitou integralmente a contraproposta da PGFN e, em janeiro de 2026 iniciaram-se os pagamentos mensais tanto dos débitos previdenciários quanto dos demais débitos. (c) Em 17/12/2025, a Companhia encaminhou acordo com a PGE-RS da totalidade de seus débitos tributários com o Estado do Rio Grande do Sul através dos Programas COMPENSA-RS com a entrega de precatórios e pagamento de 10% em moeda corrente nacional e o Programa EM RECUPERAÇÃO II na qual será pago em 180 parcelas mensais. (d) Em 15/12/2025, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Fiscal Municipal – REFIS 2025 da cidade de Sapucaia do Sul através da Lei nº 4.512/2025. O montante do débito, envolvendo as dívidas municipais tais como IPTU e ISS foram parcelados entre 11 e 48 parcelas, sendo a última parcela em 30/11/2029. **NOTA 15- PARTES RELACIONADAS:** Pelo lado do ativo, refere-se a compra de máquinas e equipamentos detidos anteriormente pela controladora, mas realizada venda a sua controlada Refrisa S/A em 30/06/2025 no montante de R\$ 5.674 com garantia através de Contrato de Compra e Venda entre a Companhia e sua controlada Refrisa S/A, e ainda, de R\$ 100 relativo à sua controlada Maxxi Indústria em 31/12/2025 e de R\$ 81 em 31/12/24. Pelo lado do passivo referem-se à transferência de recursos efetuadas pelos acionistas controladores, as quais apresentavam saldo R\$ 9.360 em 31/12/2025 e R\$ 5.221 em 31/12/2024. **NOTA 16- PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 16.1 Capital Social e Direto das Ações:** Em 29/04/24, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o grupamento de ações na proporção 4 (quatro) ações existentes para 1 (uma) ação da mesma espécie. O Capital Social da Companhia permanecerá no valor de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões) passando, após a conclusão do Grupamento, a ser dividido em 31.822.294 (trinta e um milhões oitocentos e vinte e dois mil duzentos e noventa e quatro (cento e vinte e sete milhões duzentos e oitenta e nove mil e setenta e seis) ações sendo, 10.663.876 (dez milhões seiscentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e seis) ações ordinárias e 21.158.418 (vinte e um milhões cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e dezesseis) ações preferenciais. **16.2 Capital social a Integralizar:** Em 2025 houve a integralização de R\$ 11.214 durante o ano de 2025, passando seu saldo para R\$ 61.459 em 31/12/2025. **16.3 Comparabilidade:** Para fins de melhor comparabilidade, houve uma adequação na demonstração das movimentações da mutação do patrimônio líquido do ano de 2024. **NOTA 17 - CONTRATOS DE SEGUROS:** Atualmente a Companhia não possui contratos de seguros vigentes. **NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS:** A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025.

**NOTA 19 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:** A Receita Operacional Líquida é composta como segue:

Tipo	Descrição	2025		2024	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita	Receita Bruta das Vendas	1.633	25.510	1.868	25.510
Receita	Devoluções de Vendas	-	(1.340)	-	(1.340)
Receita	Impostos sobre as Vendas	(293)	(4.316)	(293)	(4.316)
	<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.340</b>	<b>19.854</b>	<b>1.575</b>	<b>19.854</b>

**NOTA 20 - DESPESAS POR NATUREZA**

Tipo	Descrição	2025		2024	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo	Remuneração Direta	(136)	(1.845)	(136)	(1.845)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(800)	(13.988)	(1.025)	(13.988)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(91)	(1.324)	(91)	(1.324)
Custo	Custos com Depreciação/Amortização	(79)	(1.006)	(79)	(1.006)
	<b>Custo Total de Produção</b>	<b>(1.106)</b>	<b>(18.163)</b>	<b>(1.331)</b>	<b>(18.163)</b>
Despesa	Comissões	(115)	(891)	(115)	(891)
Despesa	Perdas Créditos Incobráveis	(618)	-	(618)	-
Despesa	Pessoal	(85)	(77)	(85)	(77)
Despesa	Assistência Técnica	(14)	(182)	(14)	(182)
Despesa	Marketing, Viagens e Outras Despesas	(876)	(509)	(876)	(509)
	<b>Total das Despesas de Vendas</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.658)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(1.658)</b>
Despesa	Remuneração Direta	(315)	(1.002)	(315)	(1.002)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(37)	(117)	(37)	(117)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(36)	(498)	(36)	(498)
Despesa	Honorários Advogados/Auditores/Consultores	(386)	(419)	(386)	(419)
Despesa	Outras Despesas	(68)	(1.316)	(581)	(1.321)
	<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>(842)</b>	<b>(3.352)</b>	<b>(1.355)</b>	<b>(3.357)</b>
Receita	Outras Receitas Operacionais (a)	22.352	842	16.678	842
	<b>Total Outras Receitas Operacionais</b>	<b>22.352</b>	<b>842</b>	<b>16.678</b>	<b>842</b>
Despesa	Outras Despesas Operacionais (b)	(27.717)	(10.873)	(24.228)	(12.379)
	<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(27.717)</b>	<b>(10.873)</b>	<b>(24.228)</b>	<b>(12.379)</b>
	<b>Total Custos e Despesas</b>	<b>(9.021)</b>	<b>(33.204)</b>	<b>(11.944)</b>	<b>(34.715)</b>

(a) Refere-se as vendas de máquinas e equipamentos para a controlada Refrisa S/A, no montante de R\$ 5.674, conforme Nota Explicativa 15, e redução de passivo tributário federal, estadual e municipal no montante de R\$ 15.646. (b) Refere-se a despesas com máquinas e equipamentos vendidos para a controlada Refrisa S/A

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Companhia e comparamos com as informações fornecidas pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis. **Outros parcelamentos tributários: Porque é um PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 14, em 17/12/2025, a Companhia efetuou acordo com a PGE-RS da totalidade de seus débitos tributários com o Estado do Rio Grande do Sul através dos Programas COMPENSA-RS com a entrega de precatórios e pagamento de 10% em moeda corrente nacional e o Programa EM RECUPERAÇÃO II na qual será pago em 180 parcelas mensais. O não cumprimento das regras estabelecidas na repactuação, pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como dos possíveis efeitos que poderiam advir do não cumprimento das regras estabelecidas e impactar às demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como o assunto foi concluído em nossa auditoria?** Avaliamos documentação comprobatória referente aos lançamentos efetuados, bem como a adequação dos lançamentos com as normas contábeis vigentes no Brasil, e validamos os valores registrados conforme a dívida pactuada. Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela

Companhia e comparamos com as informações fornecidas pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Baseados nos procedimentos, consideramos adequados os registros contábeis. **Outros assuntos: Valores do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de março de 2025, sem modificações, contendo ênfase sobre a incerteza relevante sobre a continuidade das atividades operacionais e pagamento do Acordo de Transação Individual. **Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstra-

ções financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. **Porto Alegre - RS, 31 de março de 2026.**

Tipo	Descrição	2025		2024	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita	Receitas Financeiras	266	-	266	-
	<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>266</b>	<b>-</b>	<b>266</b>	<b>-</b>
Despesa	Despesas Financeiras (a)	(6.855)	(4.858)	(6.862)	(4.858)
	<b>Total de Despesas Financeiras</b>	<b>(6.855)</b>	<b>(4.858)</b>	<b>(6.862)</b>	<b>(4.858)</b>
	<b>Total Resultado Financeiro</b>	<b>(6.589)</b>	<b>(4.858)</b>	<b>(6.596)</b>	<b>(4.858)</b>

(a) As despesas financeiras se referem substancialmente a juros e atualizações monetárias. **NOTA 22 – CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	2025	2024	2025	2024
Controladora	(16.965)	(19.535)	(22.672)	(17.204)
Participação dos Não Controladores	-	(184)	(265)	(273)
<b>Consolidado</b>	<b>(16.965)</b>	<b>(19.719)</b>	<b>(22.938)</b>	<b>(17.477)</b>

**NOTA 23 – PREJUÍZO POR AÇÃO:** O resultado por ação da Companhia apresenta as seguintes informações:

a) Movimentação do número de ações:	2025		2024	
	Ações Emitidas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Ações Emitidas
		10.664	10.664	21.328
		21.158	21.158	42.486
		31.822	31.822	63.814

b) Resultado por ação:

Controladora	2025		2024	
	Lucro/Prejuízo	Prejuízo	Lucro/Prejuízo	Prejuízo
Controladora	(16.965)	(19.535)	(22.672)	(17.204)
Participação dos Não Controladores	-	(184)	(265)	(273)
<b>Consolidado</b>	<b>(16.965)</b>	<b>(19.719)</b>	<b>(22.938)</b>	<b>(17.477)</b>

**NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO:** As Demonstrações de Resultado do Exercício já estão adequadas aos princípios necessários determinados, visto o faturamento ter sido exclusivamente no segmento de implementos rodoviários. **NOTA 25 – ARRENDAMENTO MERCANTIL:** Conforme Fato Relevante publicado em 28 de abril de 2025, a nova localidade da companhia está sujeita ao reconhecimento contábil de arrendamento no contexto de arrendamento mercantil operacional, de acordo com o NBC TG 06 (R3) /IFRS 16. O registro no ativo foi efetuado pelos valores líquidos, considerando a taxa de Ajuste a Valor Presente de 15% a.a. O Passivo de arrendamento foi reconhecido em outras contas a pagar e a movimentação foi a seguinte:

Saldo em 31/12/2024		2025		2024	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contratos firmados em 2025	-	-	-	290	290
Ajuste a valor presente	-	-	-	(87)	(87)
<b>Arrendamentos a pagar</b>	<b>203</b>	<b>203</b>	<b>203</b>	<b>203</b>	<b>203</b>

**Bens e Direto de Uso**

**NOTA 26 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITOS JUDICIAIS:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, tributárias e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, de análise das demandas judiciais pendentes e de análises de riscos fiscais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas. Quanto as ações trabalhistas com base na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas às ações em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas. A Companhia tem ações de natureza tributárias, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 1.868 de causa cíveis, R\$ 1.475 de causas fiscais e R\$ 810 de causas trabalhistas. Dentre estas causas possíveis entre o final das demonstrações financeiras em 31/12/2025 e a conclusão dos trabalhos de auditoria foram reclassificados como prováveis o total de R\$ 3.503 na qual está provisionado na posição de 31/12/2025. O Saldo de Depósitos Judiciais no montante de R\$ 977 refere-se a depósitos efetuados em 2021 e 2023 e estão atualizados pela Selic na data destas demonstrações.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Bernardo Flores – Presidente  
Ricardo Mottin Jr. - Vice- Presidente  
Camila Sartor da Silva - Conselheira

**DIRETORIA**

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente  
Bernardo Flores - Diretor Vice-Presidente  
Luiz Alcemar Baumart - Diretor de Relações com Investidores  
Arti Matos da Silva - Contador CRC-RS 31.886

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras			Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09		
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09 Os Srs. Ricardo Mottin Jr., Bernardo Flores e Luiz Alcemar Baumart declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as					